

MEMÓRIAS LITERÁRIAS NA MODERNIDADE

Maria Lucia Aragão*

Falar em *memórias* nos leva a estabelecer importantes relações com outras noções, tais como a de consciência de si, a de identidade do sujeito e a de temporalidade. O nosso ensaio procurará refletir sobre essas relações, com o objetivo de chegarmos a uma melhor apreensão do que se passa no ato da escritura do que chamamos de *memórias literárias*.

A primeira dificuldade que enfrentamos é a de uma definição conceitual de memória, uma vez que esta pode ser analisada segundo vários campos de estudos, como a medicina, a psicologia, a antropologia, a sociologia e a literatura.

Outro fator, que achamos importante sublinhar, é o das relações semânticas entre memórias, lembranças, reminiscências etc, que muito nos poderão ajudar a elucidar sobre tudo aquilo que entra em jogo no processo de escrita das memórias de um escritor.

As expressões mais modernas do exercício da memória utilizam os verbos lembrar-se e rememorar. Há outras expressões também freqüentes como "guardar, conservar na memória" ou "gravar" uma lembrança. Tudo isso, que é bem vivo, traduz um mecanismo psicológico concebido tanto de maneira dinâmica, em seu aspecto de aquisição e de reivindicação, como estático e mecânico em sua função de conservação e de estocagem. Atualmente, a palavra memória recobre um largo campo semântico, que poderíamos resumir no seguinte:

1. A faculdade biológica que consiste em conservar, reconhecer, reproduzir ou evocar acontecimentos ou experiências passadas ou vividas: "A memória é uma qualidade que não é muito desenvolvida em certos animais."

2. Um tipo de memória específica: "Ele tem uma boa memória visual".

* Professora do Departamento de Ciências da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3. A memória considerada como um lugar onde imagens, percepções e conhecimentos são estocados: "Minha memória está repleta de lembranças".

4. A totalidade do que foi guardado, quase sinônimo de História: "A Memória de um povo, ou de um país".

5. Um acontecimento, uma imagem, uma impressão que volta ao espírito: "Uma das minhas mais antigas memórias"; "Ele estava absorvido em suas memórias".

6. Comemoração: "Em memória de alguém".

7. Obra de cunho autobiográfico: "Memórias".

O número de palavras que servem para designar a *memória* varia de uma língua para outra. O inglês, por exemplo, utiliza, entre outras, a palavra "mind", que designa, por um lado, a "memória", e por outro lado, "a inteligência, razão, opinião, intuição". Além desse, há os termos "reminiscence, remembrance, recollection e recall", todos cobrindo o mesmo campo semântico.

Tanto no espanhol, quanto no português, os significantes da memória e da lembrança se organizam globalmente em duas cadeias semióticas, herdeiras do latim. Uma tem por eixo as raízes *-mem-* e *-mne-*, a outra, a raiz *-cord-*: a etimologia liga, então, os paradigmas da memória e da lembrança ao espírito e à energia intelectual, de um lado, ao coração, de outro. Da raiz *-mne-*, herdamos lembrar (lembrar), lembrança, relembra, reminiscência, lembrar, memorável, memorandum, memorial, memorialista, memorizar, comemorar, desmemoriado, comemorativo etc. Da raiz *-men-*, destacamos amnésia, a(m)nístia, mnemotécnico, mnemônico. Derivados de *-cor-*, temos recordar e recordação.

Durante muito tempo, não existiu, em termos de literatura, um termo preciso para designar um certo gênero específico de narrativa, cujo assunto escolhido a colocava entre a história e a crônica pessoal. Só a partir do século XVII é que o termo *memórias* será utilizado, recobrando, primeiramente, textos de historiadores ou de pessoas que não eram profissionais de literatura: *memórias* de parlamentares, de militares, de nobres, de religiosos. Nestes prima o desejo da informação, de se testemunhar sobre algum fato ou idéia. Posteriormente, "*memórias*" vai recobrir textos apresentados como sendo narrativas autobiográficas: memórias de cortesãos, de damas galantes etc. A parte antes dedicada à história cede lugar à descrição de experiências pessoais. Neste caso, a ilustração de uma vida privada, misturada aos acontecimentos, interessa mais pelo seu lado anedótico do que por sua fidelidade aos fatos reais.

No século XVIII nasce o romance memorialístico, obras de ficção, que inundam o mercado literário, principalmente da França e da Inglaterra. Já nos séculos XIX e XX, o termo "memórias", apesar de ainda comparecer para designar um certo tipo de obras de cunho histórico e autobiográfico, vai aos poucos sendo substituído pelo de "autobiografia".

Hoje em dia costumamos chamar de "*memórias*" de um personagem a narrativa feita por ele mesmo dos acontecimentos de sua vida, com uma insistência sobre os acontecimentos objetivos, mais do que sobre o vivido subjetivo. Mas a linha de demarcação entre memórias e autobiografia não é clara, uma vez que se torna bastante difícil separar os dois tipos de estratégia narrativa.

Na elaboração literária de uma vida, o autor realiza um incessante diálogo entre o passado e o presente, colocando em cena a elaboração de seu ser pessoal, na procura das significações contidas nos fatos passados. Diríamos que o memorialista faz uma segunda leitura do tempo vivido ou... perdido.

Ao compararmos, por outro lado, os objetivos perseguidos por um romancista e um memorialista, constatamos que não há grandes diferenças no que se refere ao papel social do escritor no trabalho com a linguagem, pois ambos visam a uma melhor compreensão da mesma, do ponto de vista existencial e social.

A quem interessa esse "eu" particular, singular, os seus mitos, sonhos e fantasmas? Eis uma pergunta que nos vem sempre ao espírito, quando nos deparamos com um livro de memórias. Logo constatamos que esse "eu" é diferente do "eu" das autobiografias de atores famosos, por exemplo, de homens ou mulheres que alcançaram uma certa notoriedade e cuja vida íntima desperta uma certa curiosidade por parte de seus admiradores. O "eu" das memórias e autobiografias literárias vai colocar em questão um outro tipo de experiência, própria ao jogo da escritura.

Quanto mais buscamos definir as várias modalidades de escrita do eu, quanto mais procuramos delimitar as fronteiras que separam a autobiografia e as memórias, mais percebemos como elas são vagas, moventes e subjetivas.

Muitas vezes se torna difícil ou mesmo impossível separar essas duas modalidades de "escrita do eu", uma vez que o autobiógrafo pode se desdobrar em memorialista, como exemplifica Jean Starobinski em seu estudo sobre Chateaubriand, ao afirmar que a intenção do escritor nem sempre é um guia seguro para se determinar a natureza da sua obra, pois sabemos que, sob uma primeira intenção, pode se esconder uma outra, dissimulada ao leitor, quando não dissimulada a si mesmo. Isso porque as técnicas

narrativas que entram em jogo em ambas as modalidades de escrita do eu são comuns. Ambas pretendem traçar um caminho retrospectivo no tempo, para procurarem refazer o percurso de uma vida: a do autor. Como este fez e faz parte de uma sociedade, de uma família, de uma geração, ao recompor o caminho, esbarra, inevitavelmente, com outros personagens que dele fizeram parte, ativa ou passivamente, objetiva ou subjetivamente.

Quando lemos uma história de vida, devemos estar sempre conscientes de que o autor nos conta apenas uma parte de sua história, que escolhe os fatos de maneira a nos apresentar uma certa imagem elaborada de si. O confronto entre o passado de um indivíduo e sua verbalização, a busca da diferença entre o que o narrador diz que fez ou sentiu e o que ele realmente realizou está no centro da problemática deste tipo de escritura. Mas a tarefa do crítico literário não é verificar a veracidade do que foi narrado, mas sim de como se deu essa passagem para a narratividade, e de que modo se construiu um discurso que passa a ter vida própria, independentemente da comprovação da realidade ou da veracidade dos acontecimentos narrados. A narrativa de vida não se prende à descrição exata dos fatos. Ela obedece, isso sim, à exigência de fidelidade a si mesmo, segundo a ordem dos valores reveladores do sentido de uma vida, na plenitude de sua permanente atualidade. Tal foi a preocupação maior de S. Agostinho, de Jean-Jacques Rousseau, de Goethe e de Chateaubriand, em suas intenções de explicitar o incessante diálogo entre a sua temporalidade e a sua eternidade, para darem sentido a seu destino. A interrogação sobre a identidade contribui para a constituição da mesma, graças à busca e à retomada das experiências de vida; ao evocar o passado, o presente lhe dá um novo sentido. Toda memória é, pois, representação, e esta não é senão a transposição da realidade viva para uma outra esfera de realidade, dotada de características próprias.

Segundo Georges Gusdorf, em *Mémoire et Personne*, memórias e autobiografias têm um objetivo reformador, um caráter criador e edificante, em busca de uma verdade "como expressão do ser íntimo, à semelhança não mais das coisas, mas da pessoa".¹ Em outras palavras, aquele que se expõe por escrito não o faz imparcialmente. O projeto de se auto-conhecer, de passar do não saber ao saber, de fazer nascer a luz sobre a sua própria identidade, invoca a intenção, quem sabe, de uma mudança para melhor da situação geral do homem no mundo. Através de sua própria experiência e da clareza de sua análise, essa mudança poderá se estender a outras vidas.

¹ GUSDORF, Georges. *Mémoire et Personne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1951. p. 120.

As autobiografias e memórias nos dão a ocasião de observarmos, nos escritos, a sua capacidade de analisar os fatos, a sua cegueira ou sua lucidez, a riqueza ou a pobreza das suas categorias de julgamento e de análise. Na verdade, todos nós reescrevemos permanentemente a nossa história. Maurice Halbwachs dizia:

*A lembrança é, numa larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados ao presente, e preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outro tempo saiu já bem alterada.*²

MEMÓRIA E AUTOCONSCIÊNCIA

O exercício a que o autor de memórias se impõe inicia-se pela constituição de um tipo particular de conhecimento: o conhecimento de si ou autoconsciência.

Não podemos determinar, ao certo, quando teve início, no Ocidente, essa noção de consciência de si, mas sabemos que a função a que denominamos consciência encontra um grande campo de reflexão nos *Entretiens Mémorables* de Sócrates, transmitidos até nós por Xenofonte. O fim para onde tendia Sócrates é claro: tornar o homem adequado a seu destino, fornecendo-lhe a satisfação de não depender a não ser de si mesmo, de ser ele mesmo o artesão e sua própria filosofia – "Autourgstes philosophias" – segundo expressão colhida no *Banquete* de Xenofonte.³

O instrumento ao qual se faz aqui apelo é o exame de consciência, isto é, submeter as ações ao controle da razão. Segundo Sócrates, o homem vê necessariamente claro em sua consciência no momento em que, sob a pressão de alguém que o interroga, através do processo do diálogo, ele consegue liberar o fundo de razão que a consciência implica. Esse interlocutor pode ser real ou virtual, o importante é que, no fim, se consiga o discernimento racional. Em Sócrates, assim como era próprio à língua grega, a palavra "logos" significava, ao mesmo tempo, razão, conhecimento e linguagem. Esta confusão original nos leva a refletir sobre as relações mais do que íntimas entre esses termos, como, por exemplo, sobre a importância da palavra em todo ato de conhecimento. Sabemos até onde esta relação se tornou reveladora para Freud. Sabemos da importância de que se revestem os elos entre razão, consciência, conhecimento e palavra tanto para a filosofia, quanto para a literatura.

² HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968. p. 57.

³ XENOFONTE. *Banquete*. I.5.

Mas o moderno conceito de consciência tem início com Descartes. Seu método, a que deu o nome de "Meditações", consistiu em excluir da consciência tudo o que pertencesse ao domínio do sobrenatural. Meditação, pois, não no sentido espiritual ou religioso, mas sim no sentido metafísico. A consciência não é algo dado "a priori", mas se conquista pela meditação, e o seu instrumento privilegiado é a dúvida, que permite excluir o incerto, sistematicamente. É verdade que o recurso à dúvida já era utilizado pelos céticos, que já haviam reconhecido a sua eficácia, em comparação com os dogmatismos diversos e contraditórios. Mas com Descartes ela se torna um princípio e não uma conclusão geradora de tranquilidade, como o foi para Montaigne. A tomada de consciência cartesiana é obra de uma liberdade que submete todo princípio, de maneira a estabelecer, no exercício da meditação, uma verdade primeira, portanto, metafísica. Tomar como verdadeiro aquilo que eu não sei que é verdadeiro é estar no poder da exterioridade, é crer na autoridade dos sentidos, da opinião, das crenças etc. Só um ato de liberdade pode emancipar o sujeito. Ora, este ato não é outro que a reapropriação do sujeito por ele mesmo. Sua verdade é, então, solidária com a sua liberdade. Eu penso, eu sou, verdade primeira, onde a consciência aparece a ela mesma como sujeito e como sujeito livre.

Apesar de Descartes não empregar a palavra consciência mas pensamento, podemos, entretanto, tomá-las como sinônimas, uma vez que, por seu caráter intuitivo, esse pensamento é essencialmente reflexivo. O sujeito é levado a concluir imediatamente, porque intuitivamente, que existir e pensar são termos recíprocos, e a consciência de si, sua autoconsciência, é exatamente esta identidade inalienável entre ser e pensar.

A noção de consciência de si está longe de ser unívoca e não se faz sem rupturas, sem voltas atrás. Aliás, o aprofundamento filosófico da consciência de si acaba por atingir a uma tal modificação da noção, através dos tempos, que um dos dois termos, senão os dois, tornam-se muitas vezes inadequados. Mas há uma certa unanimidade quanto à crença de que a realidade, isto é, o mundo que nos rodeia, o conjunto de fatos que compõem a trama do nosso cotidiano, não pode ser compreendida em sua pluralidade sem o recurso à interioridade, ou seja, a todo um patrimônio do ser, constituído pelas pulsões íntimas das tendências e dos instintos, das lembranças, dos sentimentos e das emoções que vão fazer, incessantemente, o confronto entre a nossa consciência do mundo e a consciência que temos de nós mesmos.

Os autores de memórias colocam-se um permanente desafio: procurar fixar, compreender e analisar as contradições presentes na sua própria natureza humana. Eles se dividem, primeiramente, em dois grandes grupos: o dos que se voltam para a análise das contradições presentes na realidade exterior, e o dos que partem para a compreensão de sua própria realidade interior. Num segundo momento, as duas realidades servem de apoio, uma à outra. Isso porque a memória não se distingue em nada do que chamamos hoje de consciência de si, que está na raiz de todo conhecimento. Poderíamos finalizar essas breves reflexões sobre as relações entre memórias e consciência de si, com uma reflexão de Bergson, em *Le rire*, sobre o papel da arte:

*Assim, quer seja pintura, escultura, poesia ou música, a arte não tem outro objetivo a não ser afastar os símbolos praticamente úteis, as generalidades convencionalmente e socialmente aceitas, enfim, tudo o que mascara a realidade, para nos colocar face a face, com a própria realidade.*⁴

O privilégio da experiência estética seria, então, tornar a nossa intuição da "durée" mais nossa, mais próxima de nós, uma vez que o "eu", infalível em suas constatações imediatas, "*se sente livre e se declara.*"⁵

Todo memorialista, na tarefa de buscar recompor a sua história, para melhor compreendê-la e compreender-se, ao retirar as máscaras que utilizou ao longo de sua trajetória, coloca-se face a face com a sua própria realidade para, então, preparar-se interiormente para uma verdadeira análise retrospectiva de todo o seu percurso existencial e das suas versões dos fatos que representaram um papel fundamental na sua história.

MEMÓRIA E IDENTIDADE PESSOAL

No que se refere à busca de uma identidade pessoal, o que logo de início podemos constatar é que o ser humano difere dos outros entes, por exemplo, da pedra, das plantas e dos outros animais, entre outras coisas, por sua capacidade de marcar a sua presença no mundo através da inscrição de seu eu, fato este de que temos exemplos desde os próprios homens das cavernas, que deixaram perpetuada a sua passagem pelo mundo por meio de traços gravados em grutas ou em pedras. Capacidade ou necessidade de

⁴ BERGSON. *Le rire*. Paris: PUF, 1991. Coll. Quadrige. p. 120.

⁵ _____. *Essai sur les données immédiates de la conscience*. Paris: PUF, 1991. Coll. Quadrige.

manifestar o que vê, o que sente, o que experimenta e como vê, como sente, como experimenta. Mas, hoje, essa capacidade ou necessidade, na realidade, traduzem uma outra necessidade que talvez esteja na base de tudo: a necessidade de permanecer, de dominar o tempo, de lutar contra a inexorável presença da morte.

Supomos que na Pré-História não devessem existir crises de identidade, uma vez que a relação do homem com a natureza era de plena integração e que, portanto, eles não deviam se sentir excluídos do seu meio, do seu "habitat". Hoje, entre outras mudanças, substituímos os instrumentos de que os nossos antepassados se serviam para marcar a sua passagem no tempo e no espaço: ontem, uma pedra, um pedaço de pau, um instrumento qualquer encontrado em estado bruto na natureza. Hoje, o lápis, a caneta, o pincel, a máquina de escrever, os sofisticados computadores são os nossos permanentes confidentes e coniventes com o nosso desejo de permanecer. Após as primeiras marcas deixadas pelos homens pré-históricos, ao longo dos séculos foram aparecendo os templos, as pirâmides, as estátuas, as epopéias, os poemas líricos, as catedrais, os romances, as cartas, os diários, as memórias, as autobiografias etc., a nos provarem da luta permanente travada entre a temporalidade e a eternidade.

É claro que existem outras maneiras de marcar a nossa presença no tempo e no espaço, não tão criativas, como o trabalho dos grafiteiros nas paredes dos edifícios ou nos muros da cidade, ou as inscrições dos nossos nomes em monumentos históricos, nas mesas dos bares ou, para os mais românticos, dos amores gravados nas árvores dos parques, mas, sob qualquer uma dessas manifestações do nosso eu, também podemos ler: "eu existo, eu sou".

O homem, porém, não nasceu para viver isolado e essa busca de uma identidade pessoal costuma vir sempre acompanhada de uma busca de identidade dentro da comunidade à qual ele pertence. E noutras palavras, a busca da identidade pessoal não é, absolutamente, independente do engajamento em grupos e movimentos sociais, da adesão a sistemas de valores ou da ação de processos ideológicos. É nas relações conflituosas com o outro (pessoa ou grupo) como um ser social, que o sujeito se reconhece diferente e adquire o reconhecimento de si e dos outros, através de si mesmo e dos outros. A maneira pela qual um indivíduo busca se conhecer a si mesmo coloca em obra outros processos de mesma natureza que aqueles que regem todo processo de conhecimento. Quando estas informações se referem a si mesmo, é o saber sobre si que está em jogo. E é este saber sobre si que está na fonte do sentimento de identidade pessoal.

Simplificadamente, poderíamos definir identidade como sendo a imagem de si, ou a representação de si, isto é, um conjunto estruturado de elementos de informações significantes, recebidas ou construídas pelo indivíduo a propósito dele mesmo. É uma organização de traços, de qualidades, de características que o indivíduo se atribui a si mesmo, e que o distinguem de todos os outros. Aqui o que entra em causa é o sentimento que um indivíduo tem de sua própria diferença. Enfim, como toda representação, a imagem de si define uma certa valorização do objeto ao qual ela se refere. A valorização de si é o preço que cada um se dá. Ora, a identidade de um indivíduo é o que faz com que este indivíduo permaneça idêntico a ele mesmo no espaço e no tempo. A unidade de si e sua permanência são, assim, os dois maiores componentes da identidade. Mas a valorização de si não consiste somente em se atribuir um conjunto de qualidades, consideradas como positivas, mas, sobretudo, em se atribuir um certo poder sobre o meio material ou social. Em outras palavras, valorizar-se é se achar capaz de agir, modificando o meio em que se vive.

A identidade pessoal, em realidade, não é jamais fixada, isto é, ninguém se instala para sempre numa identidade acabada. Daí serem freqüentes os conflitos de identidade, que alteram o sentimento de sua própria coerência e de sua constância no tempo.

A memória é, para cada um de nós, a provisão de imagens que responde às nossas necessidades, que traduz e reflete a nossa personalidade, o nosso eu íntimo e profundo. Nossa memória é nós mesmos. E nossa identidade.

Escrever o eu é afirmar sua existência, acreditar que exista uma realidade problemática, mas consistente. É tentar superar a separação radical entre eu e o mundo. É buscar uma identidade, um autoconhecimento, não uma identificação.

O sujeito é radicalmente histórico, isto é, ele está inserido no tempo e no espaço. É social, pois não se pode separar o conceito de indivíduo do de sociedade. Buscar uma identidade é buscar liames que nos ligam à nossa história: os nossos valores, as nossas verdades, com os quais formamos a nossa personalidade. Quando esses laços se perdem, o nosso centro se desloca. Onde buscar, retomar o fio que se partiu, a não ser através da reconstituição do ponto de origem, matriz do nosso eu?

A memória, sem dúvida, define a dimensão dominante da identidade pessoal.

O autor de autobiografias e memórias cria uma espécie de metáfora de si mesmo, ao fazer uma redescrção da sua realidade (da realidade vivida), de sua experiência da realidade. O eu, então, descrito, é um eu visto pelo autor e esse eu é o que realmente interessa à literatura, pois é dele que a linguagem se ocupa ou cria.

Todo eu, tal como se apresenta nas autobiografias e nas memórias, passa a ter uma vida autônoma, em comparação ao eu empírico. Não importa se o eu criado se afasta do eu real. Não há como se investigar se os sentimentos, as paixões, as angústias e as alegrias foram sentidas tais como o autor nos comunica. Entramos na esfera do literário, isto é, do reino das palavras, da criação pela linguagem.

Memórias e busca de uma identidade pessoal refletem o desejo de permanências, da busca do que não mudou, do que se encontra na raiz de uma vida ou de uma cultura. As memórias procuram ressuscitar o passado, a partir do presente, para melhor conhecer tanto o passado, quanto o presente. Por esse motivo, as memórias literárias são o gênero mais capaz de manifestar todo esse processo de demarcação das diferenças e de afirmação de uma história pessoal.

Um livro de memórias é sempre um trabalho de conhecimento de si, movido por uma busca ou uma revisão de identidade do sujeito-autor, através de um mergulho nos abismos do tempo.

Um livro de memórias é um tecido cuidadoso de lembranças que precisam fazer sentido para quem o escreve e para quem o lê.

Um livro de memórias é sempre uma nova forma de apreensão dos fatos, antes isolados, mas agora reunidos, que compuseram a trama de uma vida, fatos esses que voltam ao presente, através da lembrança, provando que alguma marca tiveram no conjunto do vivido. Outros fatos ficaram necessariamente enterrados, e o recurso é imaginar, não o que realmente aconteceu, mas o que poderia ter acontecido.

Um livro de memórias é sempre uma segunda chance de se viver o que já se viveu, de viver o que não se viveu e de se recuperar "o tempo perdido".

Um livro de memórias é sempre uma experiência temporal vivida pelo seu autor, pela recuperação de fatos pertencentes à sua pré-história que passam agora a fazer sentido dentro de sua história. Escreve-se um livro de memórias para se impedir que o tempo apague uma vida.

Um livro de memórias é sempre uma segunda leitura, nem mais certa, nem mais precisa, nem mais verdadeira, mas, assim mesmo, tão certa, tão precisa e tão verdadeira quanto as leituras parciais que vão sendo feitas ao longo dos vários momentos presentes, dos fragmentos de tempo que nem sempre conseguimos juntar de forma coerente e que só se completam no ato da escritura.

Um livro de memórias é uma estratégia, um jogo, pois, se é preciso inventar coisas novas, não se pode ficar prisioneiro do passado, aí compreendido o nosso próprio passado. Descobrir como chegamos a ser como somos não se faz de forma espontânea e sem riscos.

Um livro de memórias é sempre um ato de coragem, quando seu objetivo maior é a busca de um autoconhecimento e das marcas próprias de uma identidade que se procura explicar por seus traços singulares.

Um livro de memórias pode ser a única maneira de se estabelecer o encontro entre o que nunca pode ser falado e o que agora pode ser escrito. Um importante elo, sem dúvida, entre consciência, conhecimento, autoconsciência, temporalidade e linguagem.